



Estudos geolinguísticos na Amazônia Legal: desafios e contribuições

Geolinguistic studies in the Legal Amazon: challenges and contributions

Greize Alves da SILVA*

Luzineth Rodrigues MARTINS**

Romário Duarte SANCHES***

RESUMO: Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo na produção de obras geolinguísticas que abordam os nove estados que compõem a região da Amazônia Legal. Todos esses estados apresentam atlas linguísticos estaduais, concluídos ou em fase de desenvolvimento, além de diversas outras obras mais específicas, voltadas para a descrição dialetal de cidades ou comunidades tradicionais, como apresentam Romano (2014; 2020) e Sanches (2022). Apesar dessa tendência crescente na geolinguística amazônica, muitos desses trabalhos permanecem pouco divulgados e sem a devida publicação. Este estudo tem como objetivo geral apresentar e discutir a produção de atlas linguísticos nesse território, os desafios enfrentados nesse processo e as contribuições dessas obras para a descrição das línguas presentes nesse amplo espaço político. Para alcançar esse objetivo, foi conduzido um levantamento junto aos autores dessas obras por meio de formulário on-line, visando promover discussões e ampliar o diálogo nesse campo. Foi observado que o fazer geolinguístico na Amazônia enfrenta dificuldades intrínsecas à própria realidade do espaço territorial, incluindo as longas distâncias e as dificuldades de acesso às comunidades, especialmente quando o deslocamento fluvial se faz necessário. Além disso, destaca-se a escassez de financiamento para a execução desses trabalhos, o que encarece o processo para os pesquisadores. Essa falta de financiamento também impacta na subsequente publicação dos trabalhos, limitando o acesso a teses ou dissertações às bibliotecas universitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Geolinguística brasileira. Atlas Linguísticos. Amazônia Legal.

ABSTRACT: In recent decades, there has been a significant increase in the production of geolinguistic works that address the nine states that make up the Legal Amazon region. All these states present linguistic atlas, either completed or in the development phase, in addition to several other more specific works, focused on the dialectal description of cities or traditional communities, as presented by Romano (2014; 2020) and Sanches (2022). Despite this growing trend in Amazonian Geolinguistics, many of these works remain little publicized and without due publication. This study's general objective is to present and discuss the production of

* Doutorado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Tocantins. greize_silva@mail.uft.edu.br

** Doutorado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Roraima. luzinethmartins@yahoo.com.br

*** Doutorado em Letras, Universidade Federal do Amapá. romario.duarte@unifap.br

linguistic atlases in this territory, the challenges faced in this process and the contributions of these works to the description of the languages present in this broad political space. To achieve this objective, a survey was conducted among the authors of these works using an online form, aiming to promote discussions and expand dialogue in this field. It was observed that geolinguistic practice in the Amazon faces difficulties intrinsic to the reality of the territorial space, including long distances and difficulties in accessing communities, especially when river travel is necessary. Furthermore, there is a lack of funding to carry out this work, which makes the process more expensive for researchers. This lack of funding also impacts the subsequent publication of works, limiting access to theses or dissertations in university libraries.

KEYWORDS: Brazilian Geolinguistics. Linguistic Atlas. Legal Amazon.

Artigo recebido em: 23.03.2024

Artigo aprovado em: 22.07.2024

1 Introdução

Decorridas mais de seis décadas após a publicação do primeiro atlas linguístico desenvolvido em solo brasileiro, o “Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB” (Rossi *et al.*, 1963), a Geolinguística no Brasil tem vivenciado um importante momento de consolidação de suas bases teórico-metodológicas para a confecção de diferentes tipos de atlas, responsáveis pela descrição das realidades dialetais presentes no país. Ainda, tem-se observado uma aparente cisão entre o fazer geolinguístico brasileiro e europeu, berço dos primeiros atlas e pioneiros na definição da Geolinguística como principal método da Dialetologia.

Essa quebra paradigmática e a consolidação de uma metodologia sólida em termos de trabalho geolinguístico deve-se sobretudo ao desenvolvimento de uma mentalidade teórico-pragmática em terras brasileiras, fornecida após 1996, ano de consolidação do Projeto Nacional Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, iniciativa interinstitucional que mapeia variedades do português brasileiro em seus diferentes níveis. O Projeto ALiB foi o responsável pela sedimentação de uma metodologia sistematizada, com critérios para seleção das redes de pontos, perfil dos informantes, questionários semiestruturados e diretrizes para coleta de dados, muito embora suas

bases tenham sido pensadas inicialmente para servir ao propósito de um atlas nacional.

O Projeto é sediado na Universidade Federal da Bahia e, atualmente, está sob a coordenação das professoras Jacyra Andrade Mota (Presidente) e Silvana Soares Ribeiro (Diretora Executiva). Ainda, possui 11 Diretores Científicos distribuídos em mais de 10 universidades brasileiras, criando uma consistente rede de conexões acadêmicas, com a formação de novos pesquisadores na área e sendo o responsável direto pelo crescente número de atlas linguísticos, estaduais ou pequeno domínio, orientados/coordenados pelos membros do ALiB, comumente desenvolvidos como teses ou dissertações.

Gradualmente, nota-se que a Geolinguística no Brasil tem avançado para se tornar uma área de interesse em si mesma e menos como método complementar à Dialetoлогия (Romano, 2014; Silva; Romano, 2024). Essa afirmação considera que a produção de atlas linguísticos abrange uma série de procedimentos metodológicos e técnicos que variam desde a formulação de questionários, alinhados aos objetivos da investigação, até a elaboração e análise de mapas linguísticos com o auxílio de *software* computacionais¹. Adicionalmente, contribuem para a criação dos atlas linguísticos e, por conseguinte, fornecem suporte às diversas áreas e disciplinas, como Geografia, História, Antropologia e Cartografia Temática.

À guisa do importante crescimento da produção de atlas e demais obras geolinguísticas em âmbito brasileiro, este texto direciona seu olhar especificamente para a Amazônia Legal, espaço geopolítico e administrativo que engloba a maior parte da região amazônica, estabelecida pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e

¹ Em Romano (2014), há a descrição de alguns processos que podem indicar a Geolinguística como área de interesse, tais como: elaboração de questionários, seleção dos informantes em acordo com as variáveis elencadas no trabalho, formação do inquiridor, aplicação padronizada dos instrumentos de coleta de dados; transcrição e revisão de dados, elaboração de bancos de dados, elaboração de cartas linguísticas por meio de *software* ou a partir de ferramentas de edição de imagem, interpretação e tratamento dos dados cartografados, dentre outros.

posteriormente modificada por outras leis e decretos. A área engloba nove estados federativos: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e parte do Mato Grosso, representando 60% do território brasileiro.

O espaço cognominado abriga muitas línguas em sua composição, oriundas dos povos indígenas, comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, extrativistas e pescadores artesanais), além de receber migrantes de diferentes estados brasileiros e, nas últimas décadas, migrantes transnacionais, principalmente haitianos, cuja entrada é realizada pelo Acre, e venezuelanos, por Roraima (Jacob, 2015).

O principal impulso para a realização deste estudo surge a partir do significativo aumento da elaboração de atlas de demais obras geolinguísticas na Amazônia Legal, notadamente sob a forma de dissertações ou teses. No entanto, muitas vezes esses trabalhos permanecem confinados nas bibliotecas universitárias, sem uma publicação adequada. Diante dessa realidade, foram investigados os obstáculos enfrentados na elaboração dessas obras, bem como sua situação atual. Foi conduzido um questionário por meio do Google Forms direcionado a 14 autores de atlas linguísticos amazônicos, com o intuito de dar voz a esses pesquisadores e compreender as dificuldades inerentes a esse tipo de produção. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir a produção de atlas linguísticos e de obras geolinguísticas na Amazônia Legal, apontar os principais desafios envolvidos nesse processo e as contribuições dessas obras para a descrição das línguas presentes nesse vasto território.

2 A Geolinguística na Amazônia brasileira

A pesquisa dialetológica com foco geolinguístico tende a resultar em mapas linguísticos, isto é, a apresentação de fenômenos dialetais em base cartográfica, contendo sistema de referência e projeção do espaço físico estudado. O conjunto desses mapas resulta em atlas linguístico que registra variedades e variantes faladas por grupos socioculturalmente diversificados em localidades específicas. Para Paim e

Almeida (2019), um atlas linguístico pode salvaguardar a memória sociolinguística de um povo por meio da documentação da história da língua, além de poder ser instrumento para criação de políticas linguísticas, auxiliando na produção de materiais didáticos para o ensino de línguas.

Motta (2012) afirma que a Geolinguística no Brasil se inicia, oficialmente, através do Decreto de nº 30.643, de 20 de março de 1952, que propõe a criação de uma Comissão de Filologia para elaborar um atlas linguístico do Brasil, mas é com a publicação do “Atlas Prévio dos Falares Baiano – APFB” (1961), de Nelson Rossi e sua equipe, que o método passa a ser aplicado em território brasileiro.

Seguindo o modelo do APFB, outros atlas regionais vão sendo publicados como o de Minas Gerais (Ribeiro *et al.*, 1977), da Paraíba (Aragão; Bezerra de Menezes, 1984), de Sergipe (Ferreira *et al.*, 1987) e do Paraná (Aguilera, 1994). A partir desse conjunto de atlas e de trabalhos monográficos das décadas de 1980 e 1990, Brandão (1991) constata que a Dialectologia se tornou uma linha de pesquisa fecunda no Brasil e ao mesmo tempo onerosa. A autora ainda destaca que não é por acaso que este campo de investigação se revitalizou exatamente no âmbito das universidades federais e estaduais.

No âmbito dos estudos geolinguísticos na Amazônia Legal, destaca-se o “Atlas Linguístico da Mesorregião do Marajó/PA” (Silva, 2002), cuja metodologia foi baseada no projeto “Atlas Linguístico do Brasil”. Dois anos depois foram concluídos os dois primeiros atlas linguístico de cunho estadual, ou seja, circunscritos a um Estado federativo completo, isto é, o “Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM” (Cruz, 2004) e o “Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA” (Razky, 2004), o primeiro desenvolvido como tese de doutorado e o segundo como projeto institucional (Silva; Romano, 2022). Sobre o ALiSPA, cabe frisar que este foi o primeiro trabalho categorizado como atlas ‘falante’, disponibilizado em formato digital e acessível por meio de CD-ROM, como informa em entrevista o Dr. Abdelhak Razky (2024):

Foi o primeiro atlas digital do Brasil que permitia geração automática de cartas fonéticas diatópicas, diageracionais e diassexuais, possibilidade de ouvir o áudio do próprio informante e a possibilidade de efetuar análises acústicas uma vez que o Atlas integrava o módulo acústico do PRAAT.

Após a disponibilização desses três atlas linguísticos, ocorreu uma interrupção na produção desses trabalhos no contexto amazônico até 2011, ano em que foi defendida a dissertação de mestrado intitulada “Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM” (Brito, 2011).

Essa produção espaçada levou Aguilera, em 2006, a indicar que a Região Norte era a que menos apresentava atlas linguísticos², fator este que pode estar relacionado com as distâncias geográficas (que no contexto em análise remetem à complexidade da topografia e às características naturais únicas da região), falta de recursos financeiros para a empreitada e, possivelmente, naquele momento, ausência de programas de pós-graduação que poderiam fomentar a execução desse tipo de trabalho, tema que será detidamente tratado nas seções 3 e 4.

Duas décadas após a constatação de Aguilera quanto à menor densidade de trabalhos geolinguísticos em contexto nortista, constata-se um aumento na produção de atlas linguísticos, sobretudo os de ‘pequeno domínio/locais’, ou seja, àqueles que recobrem realidades bem menores que os ‘atlas estaduais’, mas descrevem as nuances dialetais de uma comunidade de forma mais pormenorizada (Silva; Romano, 2024), conforme disponibilizados no Quadro 1.

² Apesar de este texto se concentrar especificamente na Amazônia Legal, a maioria dos estados que compõem essa região situa-se dentro do contexto macro da Região Norte.

Quadro 1 – Atlas e obras geolinguísticas da Amazônia Legal.

| Título dos Atlas ou trabalhos geolinguísticos | Autores | Natureza | Situação | |
|--|--|-------------|-----------------|------|
| ACRE | | | | |
| Atlas Etnolinguístico do Acre (ALAC) | Luísa Galvão Lessa Karlberg | Livro | 2018 | UFAC |
| AMAPÁ | | | | |
| Atlas Linguístico do Amapá (ALAP) | Abdelhak Razky; Celeste Maria da Rocha Ribeiro; Romário Duarte Sanches | Livro | 2017 | UFPA |
| Microatlas Linguístico da área indígena Karipuna do Amapá | Romário Duarte Sanches | Tese | 2020 | UFPA |
| Mapeamento Lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá: uma abordagem Geossociolinguística | Maria Doraci Guedes Rodrigues | Dissertação | 2017 | UFPA |
| Estudo geossociolinguístico do português falado em áreas indígenas Galibi-Marworno e Karipuna | Amanda Carvalho | Dissertação | 2019 | UFPA |
| Estudo geossociolinguístico de unidades lexicais do português falado em comunidades afro-amapaenses | Helen Costa Coelho | Tese | Em andamento | UFPA |
| AMAZONAS | | | | |
| Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM) | Maria Luiza de Carvalho Cruz- Cardoso | Tese | 2004 | UFRJ |
| Atlas dos Falares do Baixo Amazonas (AFBAM) | Roseanny Melo de Brito | Dissertação | 2011 | UFAM |
| Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro (ALFARiN) | Jeiviane dos Santos Justiniano | Dissertação | 2012 | UFAM |
| Atlas Linguístico dos Falares de Manaus (ALFAMA) | Letícia Pinto Cardoso | Dissertação | 2018 | UFAM |
| Atlas Linguístico do Sul Amazonense (ALSAM) | Edson Galvão Maia | Tese | 2018 | UEL |
| Atlas Linguístico da Microrregião de Coari (AM) (ALiMCO) | Ana Miles de Souza Belém | Tese | Em andamento | UFSC |
| Atlas Linguístico da Microrregião do Alto Solimões (ALiMAS) | João Bosco Martins D'Ávila | Tese | Em andamento | UFSC |
| PARÁ | | | | |
| Atlas Linguístico da Mesorregião do Marajó/PA | Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva | Tese /Livro | 2002 | USP |
| Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA) | Abdelhak Razky | CD-ROM | 2004 | UFPA |
| Perfil geossociolinguístico do Português em contato com línguas Tupi-guarani em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão | Regis José da Cunha Guedes | Tese | 2017 | UFPA |
| Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA) | Marcelo Pires Dias | Tese | 2017 | UFPA |
| Atlas Léxico Semântico do Pará (ALeSPA) | Abdelhak Razky; Regis José da Cunha Guedes; Eliane Oliveira da Costa | Livro | Em andamento | UFPA |
| Atlas Linguístico-Etnográfico do Vale do Acará (PA) (ALEVA) | Regis José da Cunha Guedes | Projeto | Em andamento | UFPA |
| Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI) | Abdelhak Razky; Regis José da Cunha Guedes; Eliane Oliveira da Costa | Projeto | Em andamento | UFPA |

| | | | | |
|---|--|-------------|--------------|-----------|
| Atlas Linguístico-Contatual Português Tupi-guarani da Amazônia Oriental (ALIPT) | Regis José da Cunha Guedes | Projeto | Em andamento | UFPA |
| TOCANTINS | | | | |
| Esboço do atlas linguístico lexical de Porto Nacional: contribuições para a Dialetologia e a para a Geolinguística tocaninense. | Kleiton Ribeiro de Araujo | TCC | 2018 | UFT |
| Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALiTTETO) | Greize Alves da Silva | Tese | 2018 | UEL |
| Atlas semântico-lexical de Formoso do Araguaia - Tocantins: a Dialetologia Pluridimensional na Amazônia Legal | Karina de Jesus Araújo | Dissertação | 2023 | UNEMAT |
| Atlas Linguístico de Dianópolis - TO | Simone Andréa dos Santos Freitas Martins | Dissertação | Em andamento | UFT |
| Atlas Linguístico de Tocantinópolis - TO | Wellyta dos Santos da Silva | Dissertação | Em andamento | UFT |
| RONDÔNIA | | | | |
| Atlas Linguístico de Rondônia | Iara Maria Teles | Livro | Em andamento | UNIR/UFPA |
| RORAIMA | | | | |
| Atlas Linguístico de Roraima | Luzineth Rodrigues Martins | Livro | Em andamento | UFRR |
| MARANHÃO | | | | |
| Atlas Semântico Lexical de Icatu: um estudo do português falado no Maranhão | Thaiane Alves Mendonça | Dissertação | 2017 | UFMA |
| Atlas Fonético de Alcântara - AFA | Anna Carolina Ferreira Sangiorgi | Dissertação | Em andamento | UFMA |
| Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) | Conceição de Maria de Araújo Ramos; José de Ribamar Mendes Bezerra | Projeto | Em andamento | UFMA |
| Atlas semântico-lexical de Viana (ASLeV) | Josefa Andréa Costa e Costa | Dissertação | Em andamento | UFMA |
| Atlas Semântico-Lexical Quilombola do Maranhão (AQUIMA) | Thaiane Alves Mendonça | Tese | Em andamento | UFBA |
| MATO GROSSO | | | | |
| Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietal no Mato Grosso | Carla Regina de Souza Figueiredo | Tese | 2014 | UFRS |
| Atlas semântico-lexical do Norte do Mato Grosso ASLNMAT: suas influências topodinâmicas | Antônio Tadeu Gomes de Azevedo | Dissertação | 2015 | UNEMAT |
| Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico | Marigilda Cuba | Tese | 2015 | UEL |
| Atlas semântico-lexical de Colíder | Maria José Basso Marques | Dissertação | 2018 | UNEMAT |
| Microatlas Semântico-Lexical de Nova Mutum | Valquíria Dalila Moreira Viaro Marques | Dissertação | 2022 | UNEMAT |
| Microatlas linguístico contatual das variedades do português falado no Norte de Mato Grosso (MALCONMAT) | Maria José Basso Marques | Tese | 2022 | UFMT |
| Atlas Linguístico do Estado de Mato Grosso - ALiMAT | José Leonildo Lima | Projeto | Em andamento | UNEMAT |

Fonte: elaboração própria com dados de Romano (2014; 2020) e de Sanches (2022).

De acordo com o Quadro 1, observa-se que todas as nove unidades federativas apresentam atlas linguísticos de cunho estadual ou projetos em andamento, sendo dois deles desenvolvidos como teses de doutoramento: o “Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM” (Cruz, 2004) e o “Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins – ALiTTETO” (Silva, 2018). Os demais derivam de iniciativas institucionais, cujos projetos ou atlas já concluídos estão associados às instituições dos proponentes.

Partindo para os atlas de pequeno domínio, tem-se ao todo 29 obras dessa classificação, entre concluídas ou em andamento, com maiores quantitativos nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. No que diz respeito à primeira unidade federativa, todos os atlas são elaborados como dissertações ou teses, sendo as dissertações geralmente associadas à Universidade Federal do Amazonas, enquanto as teses são desenvolvidas em instituições do Sul, como a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Federal de Santa Catarina, possivelmente devido à falta de programas de doutorado no âmbito estadual amazonense até o ano de 2024.

O estado do Pará foi pioneiro na produção de obras geolinguísticas dentro do contexto da Amazônia Legal e relacionadas ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), principalmente através do grupo de pesquisa Geossociolinguística e Socioterminologia (Geolinterm)³. É importante ressaltar que o referido Programa oferece doutorado desde o ano de 2012 e mantém nota 6 na Avaliação Quadrienal da Capes, a maior nota dentre os programas de pós-graduação do macro espaço em discussão.

Ainda no universo dos atlas que abrangem realidades de forma pormenorizadas, a partir de 2017, nota-se o crescente desenvolvimento de obras responsáveis pela descrição dialetal em comunidades tradicionais, elaborados, em sua maioria, como dissertações ou teses: "Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará" (Dias, 2017); "Estudo geossociolinguístico de unidades lexicais do

³ Grupo coordenado pelos doutores Abdelhak Razky, Marilucia Cravo e Alcides Lima. Informações em: <http://geolinterm.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2024.

português falado em comunidades afro-amapaenses" (Coelho, em andamento); "Atlas Semântico-Lexical Quilombola do Maranhão" (Mendonça, em andamento); "Mapeamento Lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá: uma abordagem Geossociolinguística" (Rodrigues, 2017); "Microatlas Linguístico da área indígena Karipuna do Amapá" (Sanches, 2020); "Perfil geossociolinguístico do Português em contato com línguas Tupi-guarani em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão" (Guedes, 2017) e o projeto "Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas" (Razky; Guedes; Costa, em andamento). A maioria deles está vinculada à Universidade Federal do Pará.

O olhar geolinguístico para as comunidades tradicionais passou a fazer parte de forma mais eficaz a partir da pauta do Governo Federal a partir do Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007, responsável por instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Neste contexto documental se define povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (Brasil, 2007).

Além dos quilombolas e dos indígenas, fazem parte dos povos e comunidades tradicionais: "ciganos, matriz, africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, [...] pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros e entre outros (Sanches, 2022, p. 15), cuja confecção de obras

geolinguísticas ecoa na importância da promoção e da conservação das bases ancestrais dessas comunidades, sobretudo em contexto da Amazônia Legal⁴.

Ainda no cenário do Quadro 1, os atlas linguísticos que congregam várias dimensões também têm ganhado destaque no contexto amazônico, frutos da vertente teórico-metodológica da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional (DPR) (Thun, 1998), proposta que busca a análise dialetal a partir de uma superfície tridimensional da variação, englobando à diatópica as variáveis sociais. Outro fator importante na DPR é a incorporação do parâmetro diatópico-cinético, ou seja, compara o comportamento linguístico entre grupos estáveis dentro da localidade com grupos móveis (Thun, 2000, p. 189).

A inclusão, além dos informantes topoestáticos (nascidos e estabelecidos nas localidades de pesquisa), dos topodinâmicos (representantes migrantes), de forma sistemática na coleta de dados, configura-se de grande importância para a descrição da superfície variacional, uma vez que as políticas de expansão territorial e os incentivos governamentais para o povoamento da Amazônia Legal resultaram no constante deslocamento de grupos de pessoas de seus estados de origem.

Jacob (2015) apresenta dados sobre o padrão migratório na Amazônia Legal e indica que a partir da década de 1970 os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia foram os que mais receberam migrantes, devido à existência de políticas públicas que incentivaram a ocupação do espaço. O autor indica que mais recentemente:

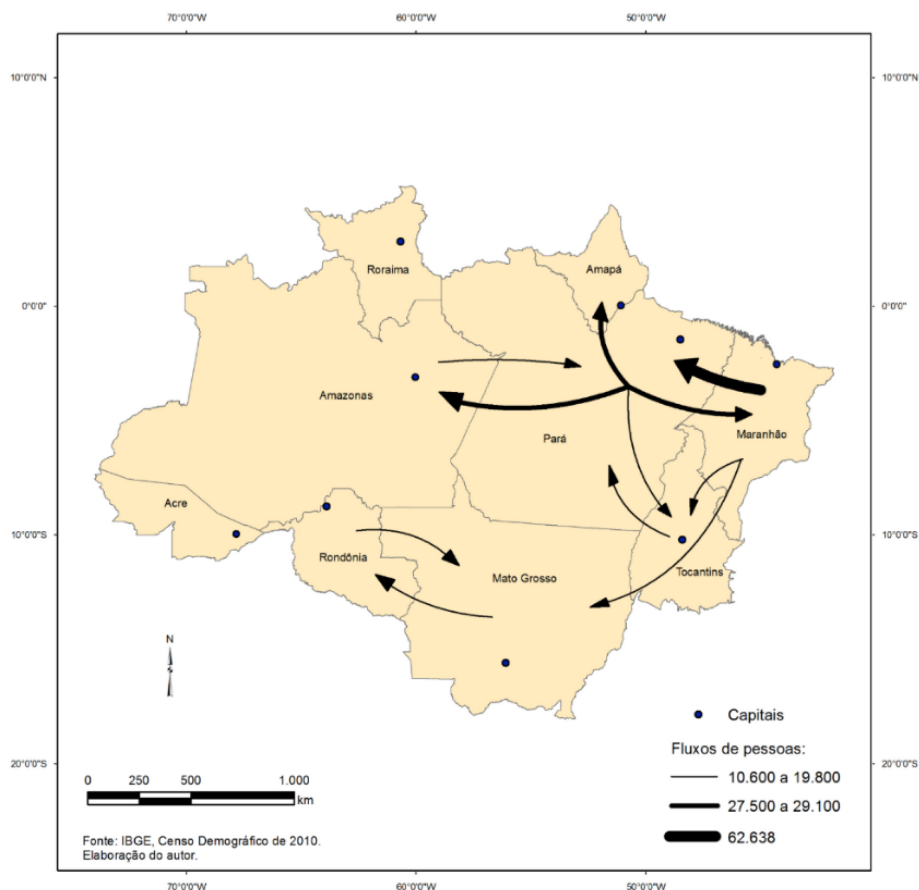
Entre 1991 e 2000, o Amapá apresentou o maior crescimento da participação da população não-natural (108% no período), especialmente na fronteira com o Pará e a Guiana, assim como a UF do Amazonas, com 77% de crescimento. Destaca-se também Roraima, sobretudo na fronteira com a Venezuela e ao longo da rodovia BR-174.

⁴ Para mais informações sobre a confecção de obras geolinguísticas em comunidades tradicionais, vide Sanches (2022), disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7242>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

[...] No período 1991-2000 apenas 6 capitais brasileiras apresentaram um crescimento populacional médio anual superior a 3%, sendo que 5 delas fazem parte da região amazônica, a saber: Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Palmas, esta última em virtude da criação do Tocantins no período. Sem dúvida, este crescimento se deve em grande parte à migração interna (Jacob, 2015, p. 251-252).

Visualmente, entre 2005 e 2010, o padrão migratório e seus principais fluxos para a região amazônica são decorrentes dos próprios estados da Amazônia Legal, uma migração intrarregional. O Maranhão é o que mais envia migrantes, principalmente para o Pará. Também há uma rota migratória envolvendo o Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas. Para o Tocantins, as levas migratórias são decorrentes dos estados circunvizinhos Maranhão e Pará, enquanto há uma aparente troca deslocacional entre Mato Grosso e Rondônia, como ilustra a Figura 1.

Figura 1 — Principais fluxos migratórios da região Amazônica no período 2005-2010.



Fonte: Jacob (2015, p. 254).

São representantes da metodologia da Dialetologia Pluridimensional e Relacional, que contemplam o contexto migratório em sua composição, na coleta de dados com informantes estratificados pela binariedade oriunda das dimensões diatópica (areal) e diatópica-cinética, as obras: o “Contato intervareial no Mato Grosso” (Figueiredo, 2014), o “Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico” (Cuba, 2015) e o “Atlas Linguístico Topoestático e Topodinâmico do Tocantins – ALiTTETO” (Silva, 2018) e a maioria dos atlas que vem sendo desenvolvidos no Mato Grosso, de acordo com o Quadro 1.

Por fim, no contexto apresentado no Quadro 1, todos os estados federativos em análise apresentam atlas linguísticos estaduais que contemplam os aspectos dialetais em nível macro de seus respectivos territórios; somente Roraima está na fase inicial de produção de seu atlas, coordenado pela Dr.^a Luzineth Rodrigues Martins, da Universidade Federal de Roraima e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas de Roraima NEPSol-RR. Sobre os atlas de pequeno domínio, há uma aparente preferência pela execução de obras que recobrem região ou microrregiões estaduais, caso principalmente dos trabalhos amazonenses - Baixo Amazonas, Sul Amazonense, Alto Rio Negro e microrregiões de Coari e Alto Solimões, ou de cidades com maior densidade populacional, como a capital Manaus; em outros estados, temos as seguintes cidades contempladas em atlas: Porto Nacional (TO), Formoso do Araguaia (TO), Dianópolis (TO) e Tocantinópolis, Icatu (MA), Alcântara (MA), Colider (MT), Nova Mutum (MT).

Considerando o panorama exposto, pode-se concluir que, atualmente, no contexto da Amazônia Legal, a pesquisa geolinguística viu o surgimento de um número significativo de atlas linguísticos de cunho estadual e de pequeno domínio. Até a década passada, essa produção estava restrita aos estados do Pará e Amazonas. Este novo cenário reflete a expansão dos estudos geolinguísticos, fomentados principalmente pelo Projeto ALiB e suas redes de conexões acadêmico-institucionais,

abrangendo áreas que anteriormente não haviam sido exploradas por esse tipo de pesquisa, como as terras indígenas e os territórios quilombolas.

3 Os desafios para elaboração de atlas linguísticos no contexto amazônico

Por ser um campo que tem se destacado na pesquisa linguística brasileira, sobretudo após a implementação do “Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB”, em 1996, a Dialetoologia acompanhada da Geolinguística tem apresentado, como qualquer outra ciência que tende a ultrapassar os seus limites, inúmeros desafios, que vão além dos aspectos teóricos e metodológicos, como a publicitação dos atlas linguísticos, que, de acordo com Cardoso e Ferreira (1994), representa o estágio final e o início de uma obra aberta aos estudos dialetais. Para elas, trata-se de instrumentos linguísticos irrefutáveis de uma realidade da língua, diversificada nos seus vários níveis e que carrega consigo fonte autêntica dos dados regionais. A esses atlas acrescentam-se trabalhos monográficos, dissertações e teses, mas que carecem, na grande maioria, de oportunidade de publicação.

Essa carência e morosidade para publicação dos atlas tem sido bastante questionada pela comunidade acadêmica. Como exemplo, cita-se o ALiB, o maior projeto da área, que após 18 anos de sua implementação teve os seus dois primeiros volumes publicados em 2014 e mais um volume recém-lançado em 2023. Outro caso, é o Atlas Linguístico de Sergipe – ALS, que tinha os originais prontos para impressão desde 1973, mas por dificuldade de financiamento foi publicado somente em 1987. Há também aqueles atlas que nunca saíram do papel e aqueles que até o momento não foram publicados, como elencados na seção anterior.

Os motivos, em geral, para tal situação implica em falta de financiamento e dificuldades de aplicação do método geolinguístico, sobretudo na perspectiva da Geolinguística Pluridimensional, como apontam os relatos publicados nos documentos 6 do “Atlas Linguístico do Brasil” (Cardoso; Mota; Paim; Ribeiro, 2016) e o no texto de Margotti (2008), ao relatar que o grande desafio de sua pesquisa foi, desde

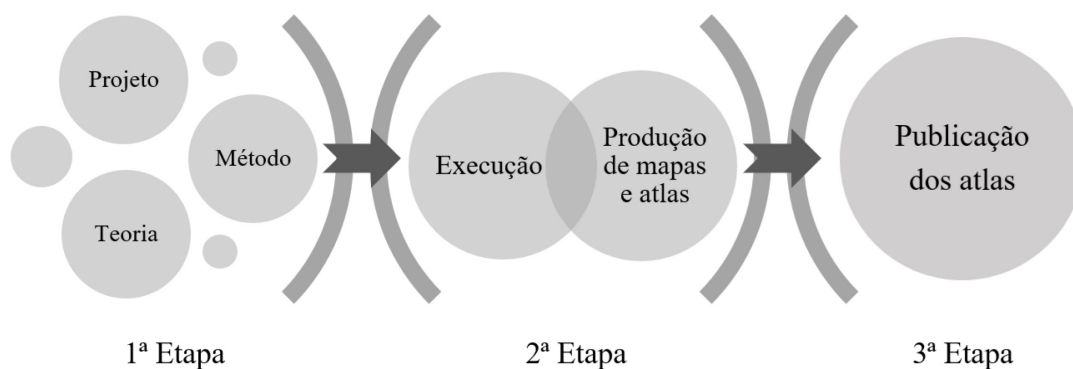
o início, a elaboração de mapas pluridimensionais que permitissem visualizar o grau de difusão do português nas áreas delimitadas e em diferentes grupos sociais. Já Carlos (2022, p. 49) acrescenta que o trabalho dialetológico “exige coragem, tempo, disponibilidade, recursos financeiros para viagens, transcrições e elaboração de mapas linguísticos”.

Nesse mesmo viés, Razky, Guedes e Costa, ao realizarem pesquisa geolinguística em áreas indígenas na Amazônia, apresentam dificuldades metodológicas e de logística como:

a necessidade de coletar dados em localidades de difícil acesso; a distância das terras indígenas em relação aos centros urbanos; as condições das estradas, que no “inverno amazônico” ficam praticamente intrafegáveis; a necessidade de autorização da FUNAI e/ou das lideranças indígenas para se ter acesso às terras indígenas (Razky; Guedes; Costa, 2018, p. 132).

Com base nesses desafios previamente apresentados aqui, considera-se que a geolinguística brasileira, grosso modo, se constitui a partir de três etapas básicas: 1ª) idealização/sistematização: consiste em elaborar o projeto de pesquisa e definir o aporte teórico-metodológico; 2ª) execução/análise dos dados: consiste em coletar os dados *in loco* e produzir mapas ou atlas linguísticos; 3ª) publicitação do produto: consiste em publicar o material produzido. A seguir segue a Figura 2 apresentando uma síntese das etapas supracitadas.

Figura 2 — Síntese das etapas da pesquisa geolinguística.



Fonte: elaboração dos autores.

Assim, identifica-se de modo proeminente que os atlas linguísticos regionais ou de pequeno domínio não conseguem chegar à etapa três, seja pela inconclusão do projeto, seja pela falta de financiamento para publicação. Diante dessas problemáticas, investigaram-se quais os desafios encontrados no processo de construção dos atlas linguísticos na Amazônia brasileira e qual a situação em que eles se encontram atualmente. Para isso, foi aplicado questionário com 12 perguntas aos autores de atlas linguístico da Amazônia via Google Forms, no mês de janeiro de 2024. A aplicação resultou na adesão de 14 autores de atlas, conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2 – Autores de atlas linguísticos e mapeamentos geolinguísticos participantes da pesquisa.

| Atlas ou estudos geolinguísticos | Autores participantes da pesquisa |
|---|--|
| 1. Atlas Linguístico Sonoro do Pará | Abdelhak Razky |
| 2. Atlas Linguístico-Etnográfico do Vale do Acará | Regis José da Cunha Guedes |
| 3. Atlas Léxico Semântico do Pará | |
| 4. Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas | |
| 5. Atlas Linguístico-Contatual Português Tupi-guarani da Amazônia Oriental | |
| 6. Estudo semântico-lexical com vistas ao Atlas Linguístico da Mesorregião do Marajó-PA | Maria do Perpétuo Socorro Cardoso |
| 7. Atlas Linguístico do Amapá | Celeste Maria Da Rocha Ribeiro |
| 8. Atlas Etnolinguístico do Acre | Luísa Galvão Lessa Karlberg |
| 9. Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá | Maria Doraci Guedes Rodrigues |
| 10. Atlas Semântico-Lexical de Viana | Josefa Andréa Costa e Costa |
| 11. Atlas Linguístico do Maranhão | José de Ribamar Mendes Bezerra |
| 12. Atlas Linguístico de Rondônia | Iara Maria Teles |
| 13. Atlas Geossociolinguístico Quilombola do nordeste do Pará | Marcelo Pires Dias |
| 14. Estudo geolinguístico de comunidades afro-amapaenses | Helen Costa Coelho |
| 15. Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietal no Mato Grosso | Carla Regina de Souza Figueiredo |
| 16. Microatlas linguístico contatual das variedades do português falado no Norte de Mato Grosso | Maria José Basso Marques |
| 17. Atlas Linguístico de Icatu | Thaiane Alves Mendonça |
| 18. Atlas Semântico-lexical Quilombola do Maranhão | |

Fonte: elaboração dos autores.

Entre os autores participantes da pesquisa, foram identificados três atlas estaduais devidamente publicados e um de pequeno domínio, respectivamente, a

saber: “Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA”, “Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC”, “Atlas Linguístico do Amapá – ALAP” e “Estudo semântico-lexical com vistas ao Atlas Linguístico da Mesorregião do Marajó-PA”. Desses atlas, apenas o ALAC não recebeu financiamento para publicação. Há também mais dois atlas estaduais em andamento, são o “Atlas Linguístico do Maranhão – AliMA” e o “Atlas Linguístico de Rondônia – AliRO”. Segundo os autores, os principais fatores que impedem a publicação do material implicam na falta de recursos financeiros, humanos e dificuldades de acesso às localidades, como relata Iara Teles, autora do ALiRO:

Foram vários os fatores desafiantes. Falta de uma equipe suficiente para a pesquisa. Inicialmente, o ALiRO contava com uma equipe considerável de Mestres e Doutores da UNIR, Campus de Guajará-Mirim, mas, como vários membros estavam sobrecarregados com outras atividades de pesquisa, o projeto foi desenvolvido pela sua autora e coordenadora, Dr.^a Iara Maria Teles, e pela M^a. Claudia Teles, da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FATEC, de Porto Velho, que realizaram toda a pesquisa de campo. [...] O acesso a alguns pontos de inquérito foi muito difícil, porque teve que ser feito de barco, e os pontos eram distantes justamente para abranger todas as regiões do Estado.

Por meio do questionário, identificou-se também que há cinco trabalhos monográficos que resultaram em atlas de pequeno domínio, disponibilizados nos repositórios de teses e dissertações de instituições de ensino superior, e que até presente momento não foram publicados no formato livro impresso e/ou digital: "Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá", "Atlas Geossociolinguístico Quilombola do nordeste do Pará", "Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervareial no Mato Grosso", "Microatlas linguístico contatual das variedades do português falado no Norte de Mato Grosso" e "Atlas Linguístico de Icatu". A seguir, os autores relatam as principais dificuldades encontradas no processo de pesquisa geolinguística:

Os principais desafios foram as dificuldades de acesso às localidades, principalmente nos Territórios Indígenas, pois precisa do aval das lideranças das comunidades, bem como da anuência da FUNAI. E a falta de financiamento para custear a pesquisa (Maria Doraci Guedes Rodrigues).

Há o problema da falta de financiamento suficiente para cobrir os deslocamentos nas localidades, pois em muitos casos é preciso realizar o trajeto pela estrada e pelo rio. Outro desafio é a desconfiança por parte das comunidades, pois nas regiões em que pesquisei há problemas como conflitos agrários (no Nordeste do Pará há um sério problema entre algumas comunidades quilombolas e empresas multinacionais que exploram a produção de óleo de palma), então qualquer pesquisador ou pessoa externa precisa ganhar a confiança das comunidades antes de realizar a pesquisa (Marcelo Pires Dias).

Quanto aos desafios enfrentados, destaco a distância e as dificuldades para se encontrar informantes com o perfil estipulado (Carla Regina de Souza Figueiredo).

O primeiro desafio foi a pandemia da Covid-19, pois impediu a realização de alguns encontros presenciais e, nesse caso, foi preciso adequar a pesquisa. Os gastos com a ida às cidades. [...] Outra dificuldade foi encontrar informantes que se adequassem ao perfil idealizado, tendo em vista que foi a combinação de três fatores: descendência, grau de escolaridade e idade (Maria José Basso Marques, 2014).

O primeiro entrave é a comunicação com a liderança das comunidades, que, por serem comunidades rurais, contam em geral, com meios de comunicação escassos; em diversos locais só existe telefone rural. Porém, a principal dificuldade é o acesso aos pontos de inquérito, estradas carroçais, vias interrompidas por acidentes geográficos, trechos com alagamentos [...] (Thaiane Alves Mendonça).

Percebe-se, novamente, com base nos trechos supramencionados, os mesmos desafios apontados pelos autores de atlas estaduais já publicados ou em andamento, como problemas de logística na aplicação do método geolinguístico e a falta de recurso financeiro para publicação. Destaca-se que os autores dos atlas de pequeno domínio, em sua maioria, receberam auxílio para execução da pesquisa a nível de pós-graduação, mas não financiamento para publicação em formato livro/e-book.

Em relação aos problemas metodológicos, Romano (2020) ratifica que se trata de um desafio recorrente na pesquisa geolinguística, tendo em vista o grande volume de material linguístico coletado, organizado e, por conseguinte, cartografado. No que concerne à falta de financiamento aos projetos, concordamos com a sugestão de Brandão (1991) que propõe a ampliação de uma política de incentivo à pesquisa, consubstanciada na adoção dos regimes de trabalho de dedicação exclusiva ou de quarenta horas e no oferecimento a discentes de bolsas de iniciação científica e aperfeiçoamento, propiciando a organização de grupos de trabalho e, conseqüentemente, a execução de tarefas até então inviáveis.

Outra sugestão que pode amenizar os desafios enfrentados por pesquisadores na Amazônia brasileira é envolver equipes de pesquisadores na consecução de atlas linguísticos estaduais ou de pequeno domínio, no sentido de intercambiar experiências e discutir as bases de uma metodologia geolinguística que possibilite a sua aplicação, possibilitando a formação de novos pesquisadores e, por fim, refletir estratégias para captação de recurso financeiro que possa auxiliar na execução e publicação das propostas de atlas linguísticos.

De certo, os desafios apontados para pesquisa geolinguística no contexto amazônico não findam por aqui, Romano (2020) vai além e destaca que, para ele, o maior desafio é transformar o grande volume de dados já documentados pelos atlas linguísticos em materiais acessíveis ao público geral, sobretudo em materiais didáticos que possam auxiliar os professores de língua, “para que a noção de variação diatópica saia do senso comum e o falante estudante reconheça a legitimidade de sua norma regional e social”.

4 Contribuições dos atlas linguísticos para descrição do contexto multivarietal da Amazônia Legal

Nas seções anteriores, discutiu-se o crescimento da Geolinguística em âmbito amazônico, sobretudo com o desenvolvimento dos atlas de pequeno domínio e demais

mapeamentos geolinguísticos, totalizando, até o presente momento 29 obras dessa natureza. Dentre essas obras, muitas delas tiveram como recorte comunidades tradicionais e áreas indígenas, priorizando os veios dialetais que tanto configuram a citada região. Na seção 3, foram elencados os desafios que a empreitada geolinguística pressupõe, cujas distâncias geográficas na Amazônia são extremamente grandes e a falta de financiamento para a feitura das obras inviabiliza o projeto.

A partir da coragem e da investidura dos pesquisadores que se propõem a fazer obras geolinguísticas, enumeram-se sete contribuições, em acordo com os relatos coletados entre os autores: i) Formação de novos pesquisadores; ii) Disponibilidade de um banco de dados para pesquisas futuras; iii) Apreciação de “fotografias” do português amazônico; iv) Interface teórica com outras áreas do saber; v) Conscientização linguística do falar amazônico; vi) Bases linguísticas para a promoção de políticas educacionais no Brasil e vii) Subsídio à preservação da cultura amazônica

i) Formação de novos pesquisadores

O projeto ALiB possibilitou o desenvolvimento das pesquisas geolinguísticas em todo o Brasil, por meio das conexões acadêmico-científicas nas universidades que compõem o Comitê Nacional e a partir da sedimentação de uma metodologia geolinguística adequada para a realidade brasileira (proposta de questionários, perfil dos informantes, diretrizes para seleção de rede de pontos etc.) (Silva; Romano, 2024).

Em todos os nove estados que integram a Amazônia Legal, existem atlas linguísticos em desenvolvimento ou projetos em andamento, incluindo os estaduais e uma profusão de muitos outros trabalhos de pequeno domínio, incluindo os trabalhos circunscritos à descrição do português em comunidades tradicionais, mapeamentos que expressam a preocupação e a importância do registro dos fenômenos linguísticos das comunidades pesquisadas.

No contexto descrito no Quadro 1, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi a precursora na confecção de obras geolinguísticas e possui consequentemente o maior

quantitativo de obras dessa natureza ligadas ao seu Programa de Pós-graduação, com 11 trabalhos, totalizando 30.57%; seguida da Universidade Estadual do Mato Grosso, com 5 trabalhos, 13.89%; em terceiro lugar, a Universidade Federal do Maranhão com 4 trabalhos, 11.11%. Das três mais citadas, a UFPA e a UFMA possuem equipes regionais do ALiB e Diretores Científicos⁵. Ou seja, as universidades que sediam o Comitê Nacional do ALiB atuam como importantes subsidiadores de atlas linguísticos em contexto amazônico.

Outras redes de conexão também têm sido instituídas por meio de grupos de trabalho, a exemplo do Eliab - Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira, da Anpoll, coordenado pela Dr^a Neusa Inês Philippsen. O Eliab congrega atualmente 37 pesquisadores que atuam nas universidades que compõem a Amazônia Legal.

ii) Disponibilidade de um banco de dados para novas pesquisas

As pesquisas desenvolvidas na Amazônia disponibilizam à comunidade acadêmica e à sociedade, de modo geral, extensos *corpora* linguísticos sobre o português amazônico voltada a fenômenos fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, discursivo e pragmático, evidenciando assim o contexto linguístico multivarietal que contempla aspectos das regiões mais remotas da Amazônia Brasileira, sobretudo nas obras que envolvem comunidades tradicionais.

São interessantes os indicativos presentes na entrevista com a Dr^a. Iara Teles quanto a formação de um banco de dados linguísticos da Amazônia, a partir de sua experiência com o “Atlas Linguístico de Rondônia”:

da possibilidade de se realizar, a longo prazo, uma experiência de cooperação entre diferentes pesquisadores e diferentes instituições, reside, sobretudo, **na contribuição para a documentação e constituição de um banco de dados dos falares rondonienses como acervo linguístico do**

⁵ Abdelhak Razky, Alcides Fernandes de Lima, Marilucia Barros de Oliveira, representando a UFPA; Conceição de Maria de Araújo Ramos José de Ribamar Mendes Bezerra, da UFMA.

Centro de Pesquisas Linguísticas da Amazônia – CEPLA – da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim, que será colocado à disposição de pesquisadores desses falares (Iara Maria Teles, 2024, grifos nossos).

No entanto, como indicado em linhas passadas, infelizmente, a maioria dos trabalhos aqui elencados ainda estão apenas no âmbito das bibliotecas universitárias, sem a devida publicação e disponibilização a um público mais amplo. Espera-se que em projetos futuros seja disposto uma plataforma única, um banco de dados, na perspectiva de apresentar uma macrovisão dialetal da Amazônia Legal e acessível ao público em geral. Mas, para essa finalidade, os geolinguistas precisam trabalhar em conjunto com outras áreas, principalmente com desenvolvedores de *software*, na elaboração de ferramentas que sirvam a esse propósito⁶.

iii) **Apreciação de “fotografias” do português amazônico**

Assim como ocorre em pesquisas geolinguísticas realizadas em todo o Brasil, os pesquisadores da região amazônica também desenvolvem atlas e mapeamentos geolinguísticos que proporcionam contribuições significativas. Estas incluem a ampliação da compreensão da variação linguística dentro da região, através da identificação de diferentes dialetos, sotaques e peculiaridades linguísticas. Além disso, essas pesquisas contribuem para a identificação dos grupos dialetais em situações de contato linguístico.

Esses resultados são representados em cartas linguísticas, oferecendo uma visão detalhada da realidade sociocultural e linguística das comunidades estudadas, cujo consulente pode comparar os dados cartografados nessas obras com outras de maior abrangência, tais como nos dados do ALiB, por exemplo. Com o intuito de investigar padrões de variação, sejam eles contínuos ou descontínuos, estabelecendo comparação

⁶ Esse tipo de pareceria foi realizada por Romano, Seabra e Oliveira (2014) para a confecção do SGVCLin – *Software* para geração e visualização de cartas linguísticas.

com as variedades do português amazônico ou dessa modalidade com as de outras regiões do país.

iv) **Interface teórico-metodológica com outras áreas do saber**

A prática geolinguística é intrinsecamente interdisciplinar, demandando a contribuição de outras áreas do conhecimento, especialmente da Cartografia Temática e da História. Os atlas linguísticos abordam uma variedade de aspectos, indo além de uma perspectiva puramente linguística, o que permite uma compreensão mais ampla de diversos eventos sociais, incluindo aspectos históricos, culturais e/ou políticos.

Assim, esses atlas podem servir como recursos para estudos nas áreas mencionadas, embora a interação teórico-metodológica com outras disciplinas ainda seja limitada no Brasil, uma vez que são poucos os trabalhos que buscam efetivamente essa colaboração (Sanches; Ribeiro, 2018). Aponta-se que ainda carecem pesquisas que busquem profissionais de outras áreas para auxiliar na elaboração desses trabalhos, na formulação de cartas-base na produção de *software* computacionais que auxiliem o pesquisador em uma cartografia automatizada, na criação de banco de dados que possam ser disponibilizados na internet, dentro outros aspectos que outras áreas têm muito a contribuir.

v) **Conscientização linguística sobre o falar amazônico**

Os atlas linguísticos e demais obras geolinguísticas têm importante papel na conscientização linguística do indivíduo, enquanto usuário da língua e membro pertencente a uma comunidade linguística. Essa tomada de consciência mais profunda da língua, incluindo seus padrões, variações e funções sociais, promove uma apreciação da diversidade linguística e cultural, incentivando práticas inclusivas e respeitadas.

Ao identificar-se com o outro por meio de suas escolhas linguísticas, o indivíduo se sente parte de uma comunidade de fala e passa a apreciar e valorizar a diversidade linguística do povo brasileiro. Isso contribui para reconhecer a variedade

linguística como uma riqueza cultural do Brasil, enquanto se aceita a heterogeneidade linguística como uma característica natural das línguas. Na região amazônica as pesquisas dialetológicas têm papel fundamental para a conscientização sobre os falares amazônicos e da constituição da identidade linguística dos seus povos, tema este que encaminha a discussão para os dois próximos tópicos: as bases linguísticas para a promoção de políticas educacionais no Brasil e, conseqüentemente, a preservação da cultura amazônica.

vi) **Bases linguísticas para a promoção de políticas educacionais no Brasil**

Os atlas estaduais e de pequeno domínio têm desempenhado um papel crucial nos subsídios para a formulação de políticas educacionais, pois oportunizam a descrição dos fenômenos fonético-fonológicos, semântico-lexicais, morfossintáticos, discursivos e pragmáticos, que são incorporados aos materiais didáticos, como livros e dicionários, utilizados em sala de aula. Isso permite que os professores comparem os diferentes padrões linguísticos regionais com a norma prescritiva da língua, conforme definida pela gramática normativa, adotando uma abordagem funcionalista da língua brasileira.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), que serve como o principal documento guia para os currículos estaduais, explicita a importância da compreensão da variação linguística no Brasil como uma das competências a serem desenvolvidas pelos alunos da Educação Básica. Essa competência destaca a necessidade de estudar sistematicamente a variação linguística em sala de aula:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2017, p. 486).

Essa perspectiva também foi indicada pelos autores entrevistados quanto às contribuições envolvendo a confecção dessas obras e os benefícios para a comunidade:

As contribuições são fornecer uma gama de dados das variedades lexicais do Português (linguística Indígena) contemplando aspectos nunca estudados nas regiões mais remotas da Amazônia Brasileira, no que tange a Geolinguística e aos Estudos da Dialectologia Pluridimensional. Contribuir com a elaboração de materiais didáticos como métodos e dicionários para essas comunidades indígenas (Maria Doraci Guedes Rodrigues).

Contribuir para uma melhor compreensão da língua portuguesa falada no Maranhão e fornecer subsídios para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa no município de Viana-MA (Josefa Andréa Costa e Costa).

No entanto, cabe destacar que embora a necessidade seja premente em utilizar esses dados dialetais na confecção de ferramentas educacionais mais eficazes, sabe-se que essa transposição ainda se configura como um desafio aos pesquisadores, desafios esses que podem estar ligados a alguns fatores: falta de diálogo entre geolinguistas e linguistas aplicados, por exemplo; dificuldade de transposição dos fatos presentes nos cartas linguísticas para a realidade do aluno; falta de tempo para que o professor da rede básica possa consultar e preparar o material; indisponibilidade dos atlas linguísticos acessíveis ao professor da rede.

Oliveira, Paim e Ribeiro (2018) fornecem alguns indicativos de como o professor poderia proceder ao ensino de variação nos três níveis da língua, a partir da utilização das cartas do ALiB publicadas em 2014:

Fonético – respondendo à indagação como: onde o brasileiro realiza a palatalização quando pronuncia palavras como *tia, dia, noite* ou *tarde*?

Morfossintático – respondendo à indagação como: onde os brasileiros de nível fundamental ou universitário usam as palavras *menos* ou *menas*?

Lexical – comprando na loja *bala, bombom, caramelo, confeito* ou *queimado*, a depender de onde o falante se encontra (Oliveira; Paim; Ribeiro, 2018, p. 216-220).

É necessário que os documentos oficiais que regulamentam o ensino de língua portuguesa e os dados disponibilizados até o momento pelos atlas linguísticos na região amazônica sejam integrados, e que sejam desenvolvidos trabalhos acadêmicos com propostas didáticas adequadas aos contextos estaduais e regionais de cada unidade federativa que compõem a Amazônia Legal, na perspectiva de apresentar uma proposta estruturada ao professor da rede básica.

vii) **Subsídio à preservação da cultura amazônica**

Alinhada às discussões anteriores, a elaboração dos atlas e trabalhos geolinguísticos tem contribuído significativamente para a preservação cultural, sobretudo por meio das pesquisas que abordam aspectos semântico-lexicais relacionados aos costumes, artefatos, características geográficas da fauna, flora, entre outros. Em virtude de algumas dessas pesquisas serem conduzidas em áreas de convergência linguística e cultural, elas não apenas revelam aspectos etnolinguísticos dos povos, mas também proporcionam visibilidade às comunidades linguísticas estudadas, como indicado por Mendonça, autora dos “Atlas Linguístico de Icatu” e do “Atlas Semântico-lexical Quilombola do Maranhão”:

Ambos os atlas contribuem para os estudos na área da Amazônia Legal ao colocarem em evidência a diversidade linguístico cultural da região, além de sua importância para os estudos geolinguísticos, pois expressam a situação real de uso da linguagem dessas comunidades num espaço e momento determinado, colocando em destaque as características sócio-histórico-culturais de cada comunidade linguística (Thaiane Alves Mendonça).

O conhecimento a respeito das comunidades pesquisadas e de sua importância na constituição da formação do povo brasileiro torna-se um importante aliado à preservação da cultura desses povos, uma vez que ressoa na relevância de promover e preservar as raízes ancestrais dessas comunidades (Sanches; Ribeiro, 2018).

5 Considerações finais

No contexto do crescente aumento dos trabalhos geolinguísticos em solo brasileiro, este texto direcionou seu foco para produção dessas obras na Amazônia Legal, englobando nove unidades federativas. Observou-se que todos os estados citados possuem atlas linguístico em nível macroestaduais concluídos ou em andamento. Ademais, encontram-se muitas outras obras de pequeno domínio, responsáveis pela descrição dialetal de urbes específicas ou de comunidades tradicionais, por exemplo.

No entanto, apesar da progressiva tendência geolinguística amazônica, observou-se que muitos desses trabalhos permanecem pouco divulgados, sem a devida publicação. Assim, empreendeu-se levantamento junto aos autores dessas obras, via Google Forms, na perspectiva de suscitar discussões.

O fazer geolinguístico na Amazônia apresenta dificuldades intrínsecas a própria realidade do espaço-território: as distâncias e as dificuldades de acesso às comunidades, sobretudo quando se faz necessário o deslocamento via fluvial. Outro aspecto apontado é a ausência de financiamento para execução desses trabalhos, cujo custo é oneroso ao pesquisador. Essa ausência de financiamento também reflete na posterior publicação do trabalho, fazendo com que essas teses ou dissertações fiquem restritas às bibliotecas das universidades.

Outro ponto importante, é evidente a falta de diálogo entre áreas complementares que poderiam contribuir significativamente para o trabalho do geolinguista, tais como geógrafos, historiadores, desenvolvedores e programadores. Um intercâmbio mais próximo com esses profissionais enriquece, dinamiza e oferece novas perspectivas ao trabalho realizado. Nesse sentido, indica-se que sejam estabelecidas parcerias entre esses diferentes profissionais, criando uma rede de cooperação multidisciplinar em prol da descrição dialetal da Amazônia Legal.

Sobre os benefícios dos trabalhos geolinguísticos desenvolvidos até o presente momento, foram enumerados os seguintes: incentivo para a capacitação de

pesquisadores geolinguistas; importância de criar e manter um conjunto de dados acessível para estudos posteriores, proporcionando uma base sólida para pesquisas adicionais e análises futuras; valorização e compreensão da variação linguística do português falado na Amazônia Legal; conexão e intercâmbio de ideias entre a geolinguística e outras disciplinas acadêmicas, como a Sociolinguística, a Antropologia, a Geografia e, por fim, a necessidade de conscientizar o povo brasileiro sobre as características da multivarietalidade amazônica.

Referências

- AGUILERA, V. A. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AGUILERA, V. de A. A Geolinguística no Brasil: estágio atual. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 5, n. 1/2, p. 215-238, dez., 2006. DOI <https://doi.org/10.5380/rabl.v5i1/2.52646>
- ARAGÃO, M. S. S.; DE MENEZES, C. B. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: CNPq; João Pessoa: Ed. UFPB, 1984.
- BRANDÃO, S. F. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. **Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento**. Publicado no Diário Oficial da União em 20 mar., 1952.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fev. de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF, fev. 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- BRITO, R. M. de. **Atlas dos Falares do Baixo Amazonas (AFBAM)**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- CARDOSO; S. MOTA; J. PAIM; M. RIBEIRO, S. (org.). **Documentos 6: histórias e memórias**. Salvador: Quarteto, 2016.

CRUZ, M. L. C. **Atlas Linguístico do Amazonas**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CUBA, M. A. **Atlas linguístico topodinâmico do território incaracterístico**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

DIAS, M. P. **Atlas geossociolinguístico quilombola do nordeste do Pará (AGQUINPA)**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FERREIRA, C. *et al.* **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: Edufba; Aracaju: Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.

FIGUEIREDO, C. R. de S. **Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervareta no Mato Grosso**. 2014. 299 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GUEDES, R. J. da C. **Perfil geossociolinguístico do Português em contato com línguas Tupí-guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

JAKOB, A. A. E. A migração internacional recente na Amazônia brasileira. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, p. 249-271, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1980-8585250319880004513>

MARGOTTI, F. W. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. *In: Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, 8., 2008, Porto Alegre. **Anais do CELSUL**. Pelotas: Educat, 2008. p. 1-9.

MOTA, J. Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALiB. *In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, p. 509-518, 2012.

OLIVEIRA, J. M.; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. A importância do Atlas Linguístico do Brasil para o ensino de português. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 3, dez., 2018. DOI <https://doi.org/10.35499/tl.v12i0.5584>

RAZKY, A. **Atlas linguístico sonoro do estado do Pará (ALiSPA 1.1)**. Belém: s/ed. 2004.

RAZKY, A.; GUEDES, R. J. da C.; COSTA, E. O. da. A pesquisa geolinguística em áreas indígenas brasileiras: desafios e estratégias. **Revista Signum**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 126-138, abr., 2018. DOI <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2018v21n1p126>

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M.; PASSINI, J.; GAIO, A. **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, M. D. **Mapeamento lexical do português falado pelo Wajãpi no Estado do Amapá**: uma abordagem geossociolinguística. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ROMANO, V. P. Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística. **Papéis**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-UFMS, v. 18, n. 35, p. 135-153, 2014.

ROMANO, V. P. Desdobramentos, desafios e perspectivas da geolinguística pluridimensional no Brasil. *In*: MOTA, J. A.; OLIVEIRA, J. M. de; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. (org.). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro**: uma homenagem a Suzana Cardoso. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 11-39.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D. **Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.

SANCHES, R.; RIBEIRO, C. M. da R. Geolinguística no Amapá: da área urbana à indígena. *In*: SÁ, E. J. de; OLIVEIRA, M. B. de; SANCHES, R. **Diversidade linguística em comunidades tradicionais**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 193-217.

SANCHES, R. **Microatlas linguístico (Português-Kheuól) da área indígena dos Karipuna do Amapá**. 2020. Tese (Doutorado em Letras) -, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANCHES, R. A pesquisa geolinguística em comunidades tradicionais no Norte do Brasil. **Revista Humanidades & Inovação**, Tocantins, v. 9, n. 14, p. 1-20, 2022.

SILVA, G. A. da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALiTTETO)**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SILVA, G. A. da; ROMANO, V. P. O atlas linguístico do Brasil e os atlas de pequeno domínio: complementações e propósitos. *In*: SILVA, G. A. da; ROMANO, V. P. (org.).

Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração de Atlas Linguísticos. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 17-46.

SILVA, G. A. da; ROMANO, V. P. **Tipologia dos Atlas Linguísticos: proposta de (re)categorização para o contexto brasileiro.** Relatório de pós-doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SILVA, M. do P. S. C. da. **Estudo semântico-lexical com vistas ao atlas lingüístico da mesorregião do Marajó/Pará.** 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

THUN, H. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). *In: International Congress of Romance Linguistics and Philology. Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza.* Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-729. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110934038.701>

THUN, H. O português americano fora do Brasil. *In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (ed.). Estudos de geolinguística do português americano.* Frankfurt: TFM, 2000. p. 185-227.